



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - DEMA

PROCESSO N° 1738/2024

A - 01485- 2024

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE criado pela Lei Municipal n° 5.060/2006 de 30 de março de 2006, e suas legislações pertinentes onde o Departamento Municipal de Meio Ambiente - DEMA **habilitado pela Resolução CONSEMA n° 025/2002 - DOE em 12/11/2002**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n° 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto n° 99.274, de 06/06/90 e atribuições municipais com base na Resolução n° 237 de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA n° 05/98 de 19 de agosto de 1998, Resolução CONSEMA n° 04/2000 de 28 de abril de 2000, Resolução CONSEMA 167/2007 de 19 de Outubro de 2007, Resolução CONSEMA 168/2007 de 19 de Outubro de 2007, Lei Complementar n°140 de 8 de dezembro de 2011 Resolução **CONSEMA 372/2018** de 02 de Abril de 2018 e Convênio de Delegação de Competências exarado pela FEPAM e DEMA, bem como demais legislações pertinentes ao tema, com base nos autos Protocolares do Processo Administrativo Municipal n° **1738/2024 de 01 de março de 2024**- SEPLAMA/DEMA, expede a presente **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL**.

EMPREENDEDOR: CATARINA IPARRAGUIRRE KOVALICK

CPF: 373.109.250-68

ENDEREÇO: Av. Dom Pedro II n° 401

CEP:97573-253

BAIRRO: Argiles

SANT'ANA DO LIVRAMENTO - RS.

LOCALIZAÇÃO: ASSENTAMENTO CONQUISTA DO CERRO DA LIBERDADE
DISTRITO PAMPEIRO
SANT'ANA DO LIVRAMENTO

NÚMERO DE REGISTRO NO

CAR:RS4317103AA1B.6E7B.A57E.488F.89AB.4D16.5CE8.3C8B

Situação Legal: PROPRIETÁRIO/POSSUIDOR

BACIA HIDROGRÁFICA: RIO SANTA MARIA
Número do Cadastro no SIOUT: 2022/025.329-1

COORDENADAS GEOGRÁFICAS APRESENTADAS NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
Latitude: -30.7279°S Longitude: -55.3648°W SIRGAS 2000

Ramo de Atividade:

111,96

Impacto Ambiental:

BAIXO

ÇAÚDE PARA IRRIGAÇÃO APENAS PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA

Com as condições e restrições:

I - Quanto ao projeto:

1. As atividades devem obedecer às especificações do processo e informações fornecidas.
2. Responsável Técnico: Eng.º Agrº LEONARDO ALONSO GUIMARÃES
PROJETO: ART Nº12260656 Carteira nºRS 109236.
3. O Nível máximo da cota d'água do(s) açude(s) deverá ter máximo altura de projeto.
4. O espelho d'água a ser formado pelo(S) açude(S) poderá ser no máximo o especificado abaixo, sendo: SIRGAS 2000.
5. Bacia Hidrográfica: Rio Santa Maria.

Açudes	Latitude	Longitude
1	-30.7275	-55.3649
2	-30.7276	-55.3648
3	-30.7277	-55.3647
4	-30.7277	-55.3647
5	-30.7278	-55.3647
6	-30.7278	-55.3647
7	-30.7278	-55.3647
8	-30.7279	-55.3645
9	-30.7280	-55.3645
10	-30.7280	-55.3645
11	-30.7280	-55.3648
12	-30.7280	-55.3649
13	-30.7279	-55.3651
14	-30.7278	-55.3649
15	-30.7276	-55.3648

6. Características da obra final:

6.1 Açude 01:

Ponto de Intervenção: superficial.

Tipo de intervenção: reservatório.

Característica Final do Açude:

LATITUDE		LONGITUDE			
Açude 01	-30.434003°S	-55.285285°W			
Eixo do maciço					
Bacia hidro- gráfica ha	Largura da Cris- ta m	Altura Máxima Taipa. (m) .	Altura Lamina água (m)	Largura Verte- douro (m)	Orla de Segu- rança (m)
22,00	3,0	3,0	2,47	8,51	0.85
Bacia hidráulica (m²)	Talude a montante	Volume Re- servatório m³	Talude a jusante	Comprimento maciço (m) .	
1.244,00	2:1	1.365,64	2,5:1	70,50	

II- Quanto às obras a serem realizadas:

7. Deverão ser respeitadas e consideradas as Áreas de Preservação Permanente (APPs), conforme estabelecido em Leis Federais 2651/2012 (Código Florestal) e 12727/2012;
8. O material geológico a ser utilizado para recomposição da obra deverá ser retirada da própria bacia hidráulica.
9. O material proveniente da obra do açude deverá ser utilizado na confecção do maciço ou ser depositado em área desnuda da propriedade, ou ainda, em vias de acesso, não podendo ser comercializado ou depositado fora da área da propriedade.
10. O empreendedor ficará responsável pelo dimensionamento correto do vertedouro a fim de que este promova a estabilização do maciço, evitando com isso, a possibilidade de colapso deste, caso o volume de água extravase a capacidade de armazenamento em elevadas precipitações.
11. No caso de qualquer alteração que o empreendedor pretenda fazer (alteração de processo, implantação de atividade de impacto local, realocização, etc.) deverá ser providenciado o licenciamento junto ao DEMA.
12. Evitar acúmulo de sujidades no entorno da área de atividade do empreendimento;
13. O maquinário que será utilizado deverá apresentar condições de operacionalidade, com revisão e manutenção para evitar acidentes e vazamentos de óleos ou graxas;
14. Não é permitido movimento de terra fora da área objeto;

III- Quanto às condições da propriedade:

1. São consideradas Áreas de Preservação Permanente (APPs) conforme a Lei Federal 12.651, de 25 de Maio de 2012, alterada pela Lei Federal 12.727, de 17 de outubro de 2012 e Art. 155 da Lei Estadual nº11.520 (Código Estadual de Meio Ambiente) de 03 de Agosto de 2000 e Resolução CONSEMA N° 360 de 26 de Setembro de 2017.
2. São Áreas de Preservação Permanente (APP) o entorno das nascentes e dos olhos d'água perene, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 metros.
3. Proteger as Áreas Úmidas, (50 (cinquenta) metros em margem externa), solos naturalmente alagados ou saturados de água por período não inferior a 150 dias ao ano, contínuos ou alternados, excluídas as situações efêmeras, as quais se caracterizam pelo alagamento ou saturação do solo por água apenas durante ou imediatamente após os períodos de precipitação.

4. É proibido o uso do fogo ou queimadas nas florestas e demais formas de vegetação natural, conforme Art. 28 da Lei Estadual nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992;
5. Não deverá haver qualquer tipo de lançamento de resíduos / despejos nos recursos hídricos, áreas de uso agrícola e APPs; Não é permitido o uso ou a construção de qualquer obra que altere a hidrodinâmica do curso hídrico, tais como diques de contenção, atacadados ou lagoões, sem a devida outorga expedida pelo Departamento de Recursos Hídricos - DRH e a Licença Prévia expedida pelo órgão ambiental competente.
7. Todos os produtores envolvidos com o licenciamento desse empreendimento (proprietários, arrendatários / parceiros ou outros), deverão obedecer aos termos, condições e restrições impostas por essa Licença.
8. São considerados bens de interesse comum as florestas e demais formas de vegetação natural de seu interior, não devendo ser suprimidas, cortadas ou destruídas parcial ou totalmente, conforme Art. 6º da Lei Estadual nº 9.519 (Código Florestal), de 21 de janeiro de 1992, sem a devida autorização prévia do órgão florestal competente - Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP).
9. Deverá ser atendida a Lei Estadual nº 9.950, (Código Florestal Estadual) quanto a supressão de capoeiras.
10. Manter matas ciliares e demais formas de vegetação em áreas de preservação permanente definidas na Lei Estadual nº 9.519.
11. O material proveniente da obra a ser executada deverá ser utilizado para a construção do maciço, taipa, e/ou para a recuperação das estradas internas ou enrocamento de taipa de barragem, não podendo sair do perímetro interno da propriedade, ficando estabelecido que este material não pode ser utilizado para outra atividade que não seja a especificada nesta Autorização.
12. **Fica proibida qualquer atividade de limpeza e reforma de açudes nos meses de setembro, outubro e novembro, minimizando com isso o impacto sobre a fauna.**
13. APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO DOS TRAMITES DE RESERVA DE DISPONIBILIDADE HÍDRICA JUNTO A BACIA HIDROGRÁFICA: RIO SANTA MARIA NO PRAZO DE ATÉ 60 DIAS.

Esta Autorização AMBIENTAL só é válida para as condições contidas acima e prazo de 1(UM) ANO, a contar da presente data. Porém, caso algum prazo estabelecido nesta licença for descumprido, automaticamente esta perderá sua validade, incidindo multa por descumprimento da legislação ambiental.

Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade. A presente DECLARAÇÃO só autoriza a atividade, a área em questão e o empreendedor acima especificado, em circunstâncias normais. Não podem ser iniciadas quaisquer outras atividades na mesma sem a prévia autorização deste órgão.

Esta AUTORIZAÇÃO não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza exigida pela

Legislação federal, Estadual ou Municipal, Reserva de disponibilidade hídrica, nem exclui as demais Licenças Ambientais.

Este documento deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

VALIDADE: 16 de DEZEMBRO de 2024 a 16 de DEZEMBRO de 2025.

Sant'Ana do Livramento, 16 de DEZEMBRO de 2024.

Seplama - Dema



PAULO RICARDO FLORES ECOTEN
Secretário Municipal de
Planejamento
e Meio Ambiente - SEPLAMA

Breno Agarrayua
Secretário Adjunto de Planejamento
e Meio Ambiente
P.M. Sant'Ana do Livramento - RS

